

## O ANIVERSÁRIO DE 10 ANOS DA QUEDA DAS TORRES GÊMEAS E O PROBLEMA MORAL ENVOLVIDO NO MATAR INOCENTES

### THE 10TH ANNIVERSARY OF SEPTEMBER 11 ATTACKS AND THE MORAL QUESTION INVOLVED IN THE KILLING OF INNOCENTS

Cinara Nahra<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é discutir do ponto de vista moral os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, com a queda das torres gêmeas, e seus desdobramentos nos últimos 10 anos com a posterior invasão pelos EUA do Afeganistão e Iraque até a morte de Osama Bin Laden. Discutimos então a questão da “Guerra Justa” e a distinção *jus ad bellum* e *jus in bellum*, bem como a teoria do duplo efeito. Concluímos que o princípio de que matar pessoas inocentes é errado pode e deveria ser respeitado tanto nas relações interpessoais quanto nas relações entre Estados ou entre grupos políticos de toda ordem e os Estados.

**Palavras-Chave:** 11 de setembro, torres gêmeas, guerra justa, morte de inocentes, *jus in bellum*, *jus ad bellum*

**Abstract:** The aim of this article is to discuss, from the moral point of view, the events of September the 11th and what has followed in its wake, with the invasion of Iraq and Afghanistan by American troops and allies up to Osama’s Bin Laden murder. Here I will discuss the question of “Just War” and the distinction between *jus ad bellum* and *jus in bellum*, as well as the theory of the double effect. I conclude that the principle that it is wrong to kill innocents could and should be respected both in the interpersonal relationships and in the relationships between countries, as well as between countries and political, ethnic and religious groups.

**Keywords:** September 11, twin towers, just war, the killing of innocents, *jus in bellum*, *jus ad bellum*

---

<sup>1</sup> Professora do Depto de Filosofia da UFRN.

**1) A terça feira que chocou o mundo**

Há aproximadamente 10 anos atrás, no dia 11 de setembro do ano de 2001 da era de Cristo, o que parecia impossível aconteceu. Em um ataque meticulosamente preparado terroristas seqüestraram quatro aviões nos Estados Unidos da América, usando dois destes para destruir as torres gêmeas do *World Trade Center* em New York, dois dos mais famosos edifícios do mundo, símbolos, na época, dos Estados Unidos da América e (por que não?) da civilização ocidental. O terceiro avião foi jogado contra o Pentágono em Washington. O quarto, que acredita-se estar destinado à atingir a Casa Branca, caiu antes, devido a uma reação dos passageiros. O mundo estava ainda chocado com os eventos quando foi levantada (e posteriormente confirmada) a hipótese de que o homem responsável pelos ataques era Osama Bin Laden, um Sheik com fortes relações com o então governo do Afeganistão, uma facção Islamita fundamentalista chamada Talibã.

Mas o que exatamente chocou o mundo? Sabe-se que por volta de três mil pessoas foram mortas nos ataques (o número oficial é de 2753 pessoas). Porém, eventos que causam milhares de vítimas em um curto espaço de tempo são bastante comuns na história da humanidade. Se nos restringirmos apenas ao início do século XXI, estima-se em mais de duzentos mil o número de mortos no maremoto que devastou regiões da Indonésia em 2005. Mais recentemente, em 2011, o terremoto seguido de maremoto no Japão causou a morte de aproximadamente três mil pessoas. Terremotos, vulcões, acidentes, acompanham a história da humanidade desde seus primórdios. Guerras também acompanham nossa civilização desde remotos tempos, e se levarmos em consideração somente o século XX atos de terrorismo não são incomuns. Todos estes eventos usualmente chocam o mundo, mas em diferentes graus. Eventos que acontecem devido a forças naturais são eventos pelos quais ninguém é responsável, e podemos esperar que um dia, graças aos constantes desenvolvimentos em tecnologia, a humanidade conseguirá evitar, ou ao menos diminuir consideravelmente, o número de mortos em decorrências destes. Guerra e terrorismo são diferentes. Aqui a mão humana (e em geral muitas mãos humanas) são responsáveis por produzi-los, e portanto, responsáveis também pelas mortes que daí decorrem.

O que mais parece ter contribuído para o choque de todos nós diante dos acontecimentos de Onze de Setembro de 2001 foi o fato que, associado ao número expressivo de mortes em um curto espaço de tempo, houve lá a clara intenção de matar milhares de inocentes: habilidades racionais foram eficazmente utilizadas para produzir as mortes. Havia seres humanos por trás desta ação, pessoas que planejaram e executaram o assassinato de outros seres humanos. A razão humana foi usada para produzir as mortes em um ato deliberado e escolhido, o que, na teoria aristotélica expressa no livro III da *Ética a Nicômaco*, colocaria já esta ação como sendo um dos atos mais reprováveis do ponto de vista do vício e da responsabilidade.

O fato em si não é novo. Na segunda guerra mundial usou-se a bomba atômica para destruir Nagasaki e Hiroshima, matando milhares e deixando seqüelas nas suas populações que vão até os dias de hoje. Pode ser argumentado que no caso de Hiroshima e Nagasaki havia uma guerra declarada em curso, o que não era o caso dos ataques as torres. Enquanto que nos ataques usando a bomba atômica no Japão o choque do mundo estava na perplexidade de sabermos que os seres humanos haviam construído uma arma com tamanho potencial bélico, no ataque às Torres parte da perplexidade estava, também, na falta de conhecimento do mundo ocidental sobre a existência de uma guerra surda e subterrânea, uma guerra não declarada que a maioria da população ocidental só veio a tomar conhecimento da existência no dia 11 de setembro do ano da graça de 2011.

## **2) O estatuto da crença de que matar pessoas humanas é moralmente errado**

Curiosamente o sentimento de choque e indignação com os acontecimentos de 11 de Setembro não foi compartilhado por toda a humanidade. Apenas dois dias depois dos ataques jornais ingleses publicaram fotos de comemorações que estavam havendo em algumas partes do mundo. Uma destas reportagens tinha o seguinte título “Hora da revanche! Refugiados Palestinos no Líbano dançam em comemoração pelos ataques de terça-feira”<sup>2</sup>. Entre as muitas declarações de pessoas do povo um taxista egípcio da cidade do Cairo diz que “foi hora da revanche”, enquanto um árabe afirmava que “finalmente os EUA estavam colhendo o que

<sup>2</sup> The Guardian – 13/09/01 Reportagem geral de Gary Young com o título “Como eles podem comemorar?”

**THAUMAZEIN: REVISTA ON-LINE DE FILOSOFIA - ISSN: 1982-2103**

plantaram”. A reportagem mencionava também o Iraque, cuja televisão estatal havia mostrado as torres caindo ao som de uma música patriótica que iniciava com a frase “Abaixo a América”.

Quando analisamos estas reações com cuidado o que elas parecem mostrar não é que existe uma discordância entre seres humanos sobre o estatuto da crença de que “matar pessoas inocentes é moralmente errado”. O que estas reações mostram é que parece que nem todos acreditam que “matar pessoas inocentes é SEMPRE moralmente errado” e a idéia sobre que tipo de coisa é suficientemente ruim para justificar o assassinato de inocentes é bastante diferente para diferentes pessoas em diferentes situações. As pessoas que comemoraram nas ruas os ataques de Onze de Setembro provavelmente pensam que a política externa dos EUA é tão nefasta, tão insana, que matar inocentes com o objetivo de destruir o poderio americano é justificável. Provavelmente eles não estavam celebrando a morte de inocentes, eles estavam celebrando um fato (a destruição das torres, o ataque aos EUA) que eles acreditavam que poderia contribuir para a destruição dos EUA, o que, na visão deles, seria uma boa coisa, já que acreditavam que a política americana e os EUA representava uma forte ameaça a eles. Os Estados Unidos, porém, ao retaliar pelas ações de Onze de Setembro, argumentaram subliminarmente que o ataque às torres foi algo tão claramente maligno e nefasto que ações de guerra contra os países que supostamente acobertaram os atacantes foram justificadas, ainda que isto tivesse resultado, também, na morte de inocentes

E aí nos defrontamos com o autêntico problema filosófico, que se apresenta como um dilema. Se matar inocentes fosse de fato uma proibição absoluta seria muito mais fácil justificar por que os ataques de 11 de Setembro foram moralmente errados. Entretanto, muitas vezes na história recente <sup>3</sup>, e mesmo em resposta aos ataques de 11 de setembro, os EUA mataram pessoas inocentes. Como então admitir que as mortes de inocentes causadas pelos EUA (ou por outros países) foram justificadas em função do fato que havia um objetivo

---

<sup>3</sup> Chomsky, Noam em “Terrorismo, a arma dos poderosos” – *Le Monde Diplomatique* 573 (Dezembro 2001) lembra, por exemplo, que a guerra do governo reagan contra a Nicarágua produziu 57000 vítimas e 29000 mortes, além da irreversível destruição do país. Lembra também que, na época, a reação da Nicarágua não foi a de explodir bombas em Washington mas recorrer à Corte Internacional de Justiça. A Corte condenou o emprego ilegal de força pelos EUA (que haviam minado os portos da Nicarágua) e decidiu que Washington deveria imediatamente cessar suas ações e indenizar a Nicarágua. Os EUA, então, negaram-se a aceitar o julgamento e não mais reconheceram a autoridade da Corte.

a ser alcançado que era muito mais importante que as vidas sacrificadas e ao mesmo tempo não concordar que as mortes de inocentes ocorridas em Onze de Setembro foram justificadas pelo que também poderia ser visto como um “objetivo mais importante”? E como justificar que, as vezes, se conceba que um Estado ou organização esteja autorizado a matar pessoas inocentes em uma guerra a fim de alcançar uma finalidade supostamente mais importante? Matar inocentes é de fato uma proibição absoluta ou há casos em que é justificado que não respeitemos tais proibições? Se há tais casos, que casos seriam estes?

### **3) Os inocentes, terrorismo e guerras**

Vamos iniciar nossa discussão sobre as questões acima colocadas discutindo qual é a diferença entre guerra e terrorismo. Há uma farta literatura sobre isto. Segundo Mc Mahan<sup>4</sup>:

*“Terrorismo refere-se ao uso intencional de violência, para propósitos políticos, contra pessoas que são inocentes em um sentido geral, normalmente como um meio de influenciar o comportamento de alguma outra pessoa ou grupo de pessoas, e o que distingue terrorismo de legítimos atos de guerra é antes o fato que o terrorismo almeja causar danos ou matar inocentes, enquanto legítimos atos de guerra, quando causam danos a inocentes, o fazem sem intenção”*

Não nos parece muito claro que essa diferença entre atos de guerra e atos de terror seja legítima. Afinal de contas, quando por exemplo, os aliados bombardearam Hiroshima e Nagasaki na segunda guerra mundial, eles com certeza sabiam que milhares de inocentes seriam mortos em consequência disto e é difícil dizer que estas mortes foram apenas um “efeito colateral” de um ato cujo principal objetivo foi dar um fim a guerra e ao nazismo. O que é importante, entretanto, não é o fato de que a diferença entre guerra e terrorismo seja esta que Mc Mahan alude acima, mas o fato que a intenção de matar pessoas inocentes é algo tão importante que damos a um ato fundamentado nesta intenção não somente um nome diferente, mas também, uma diferente qualificação em termos morais. Se desenharmos uma

---

<sup>4</sup> Mac Mahan, Jeff “War and Peace” em Peter Singer, *A Companion to Ethics*, p.389

linha qualificando atos moralmente poderia ser dito que um ato em que intencionalmente se almeja matar inocentes é pior do que um ato que leva a este resultado, mas cuja intenção primeira não era esta ( e temos aqui a questão clássica da doutrina do duplo efeito)<sup>5</sup>.

Isto posto podemos continuar nossa análise dos acontecimentos de Onze de Setembro tentando fornecer uma explicação objetiva de porque eles são moralmente errados. Há três fatores relativos a estes acontecimentos que são importantes para uma análise ético-política. Estes fatores são os seguintes:

1. O assassinato intencional e deliberado de pessoas inocentes.
2. O fato de que a ação foi meticulosamente planejada (mostrando o quanto seres humanos podem ser destrutivos e o quanto a racionalidade pode ser usada para fins destrutivos).
3. O fato de que os seqüestradores, ao final das contas, planejaram suas próprias mortes (mostrando o quanto é difícil prevenir ações suicidas).

Concentrarei a análise aqui nos pontos 1 e 2. O que há de terrível no assassinato deliberado de inocentes, quando este acontece, é que este tipo de ação ameaça a crença compartilhada por quase todos nós de que pessoas que vivem suas vidas sem causar mal aos outros merecem viver até que sejam atingidas pela morte natural. O que está em jogo aqui é mais do que o direito a vida, é uma “esperança existencial” que pertence a humanidade inteira e que gera regras políticas e legais que todos nós esperamos que sejam respeitadas. Cada vez que uma pessoa inocente é morta esta “esperança existencial” é destruída e isto gera em nós fortes sentimentos de aversão pelo acontecido. Nos eventos de Onze de Setembro estes sentimentos foram muito mais fortes porque não foi apenas um inocente, ou alguns, que foram mortos planejada e calculadamente, mas três mil. O que realmente diferenciou os acontecimentos de Onze de Setembro foi a escala em que estas mortes deliberadas de pessoas inocentes aconteceram, enquanto que o que fez que tivessem o impacto que tiveram foi basicamente a conjunção dos três pontos acima mencionados. Mas o que tornou e torna a ação totalmente condenável do ponto de vista moral é basicamente o princípio que a orientou

---

<sup>5</sup> Ver Nagel, Thomas “War and Massacre” em *Consequentialism and its Critics*, ed by Samuel Shafner, Oxford University Press

, ou seja, o ponto 2, o fato que milhares de pessoas inocentes foram mortas em uma ação cuidadosamente planejada por mentes humanas. Mas se assim é, para ser coerente é necessário sustentar que todas ações nas quais inocentes são deliberadamente mortos são moralmente erradas. Entretanto, como diz Nagel:<sup>6</sup>

*“A política de atacar a população civil a fim de levar o inimigo a render-se ou baixar sua moral parece ter vasta aceitação no mundo civilizado e parece ser ainda aceita quando o que está em jogo é algo de grande importância. Isto evidencia um tipo de convicção moral no qual o assassinato de não combatentes – mulheres, crianças, pessoas de idade avançada – é permitido se algo importante pode ser obtido com isto. Isto segue do princípio geral de que alguns meios podem ser em princípio justificados se isto levar a um fim que valha a pena. Uma visão absolutista opõem-se a esta visão de que certas ações não podem ser justificadas sejam quais forem as circunstâncias. Entre estes atos está o assassinato de inocentes – matar deliberadamente aqueles que não representam perigo ou seja, civis, prisioneiros de guerra e pessoas sob cuidados médicos”.*

Em outras palavras, se matar pessoas inocentes não for uma proibição absoluta, se uma posição de ontológica não for adotada, o que torna uma ação errada é o objetivo que é alcançado (ou cuja ação ajuda a alcançar) com as mortes. O problema é como definir o que é um bom propósito e então nos deparamos com o problema da Guerra Justa.

#### **4) A questão da “Guerra Justa”**

Segundo Paul Ramsey<sup>7</sup> Santo Agostinho foi o primeiro formulador da teoria de que uma guerra pode ser justa, o que posteriormente dirigiu o curso do pensamento cristão sobre a questão da guerra. São Tomás de Aquino posteriormente desenvolveu a idéia. De fato a teoria da guerra justa está totalmente relacionada com a tradição cristã e mesmo na sua versão contemporânea ela é, em geral, derivada desta tradição<sup>8</sup>. Esta teoria distingue entre *jus ad*

---

<sup>6</sup> Ibid

<sup>7</sup> Ramsey, Paul “The Just War According to St Augustine” em *Just War Theory*, Jean Bethke Elshtain (ed), Blackwell, 1992

<sup>8</sup> Ver Holmes, Robert em *On War and Morality*, Princeton University Press, 1989. O autor, no capítulo intitulado “Pode haver justificativa moral para a Guerra?” sustenta que, contrariamente a tese que afirma que a

*bellum* e *jus in bello*. O *jus ad bellum* aplica-se ao suposto direito que um povo ou Estado tem de iniciar uma guerra, enquanto o *jus in bello* diz respeito às regras que devem ser respeitadas em uma guerra, uma vez que esta tenha iniciado. O *jus ad bellum* estaria relacionado a justa causa, correta autoridade, correta intenção, proporcionalidade no sentido do total de bem e de mal esperados, a finalidade da paz e a idéia de “último recurso” enquanto o *jus in bello* é relacionado a proporcionalidade e a idéia de discriminação, ou proteção aos não combatentes.<sup>9</sup>

Há alguns casos, entretanto, nos quais é muito difícil definir se um povo ou Estado tem realmente o *jus ad bellum*. Os EUA e aliados responderam aos ataques de Onze de Setembro declarando guerra ao Afeganistão. A justificção para isto foi a de que esta era uma “guerra justa” já que o governo Afegão estava envolvido nas ações do Onze de Setembro e portanto, potencialmente representaria um alto risco para nossa civilização. A permanência do Talibã no governo maximizaria as possibilidades de outros ataques terroristas, constituindo-se em uma ameaça permanente à paz. Se isto é verdade a guerra ao Afeganistão se constituiria em uma boa candidata a ser considerada uma “guerra justa” já que, afinal de contas, uma das principais razões para uma guerra ser considerada justa, no sentido do *jus ad bellum*, é precisamente ter a paz como objetivo. Além disso, o mundo teve provas de constantes violações aos direitos humanos no Afeganistão durante o período em que este foi controlado pelo Talibã. Lá houveram constantes massacres da população civil, mulheres foram proibidas até de freqüentar a escola, proibiu-se o povo de ouvir música, sem esquecer de que o Talibã foi responsável pela destruição das milenares estátuas de Budha, que, de fato, sempre foram patrimônio da humanidade. Se o fim deste regime político significou o fim destas práticas haviam boas razões para considerar que a luta contra o Talibã foi por uma

---

guerra justa se desenvolve dentro da doutrina cristã, “O Islam, no conceito de Jihad, desenvolve uma clara doutrina de guerra justa que representa a guerra do Islam contra o mundo não muçulmano como uma condição permanente, ao menos até o estabelecimento de um mundo muçulmano. Esta guerra não necessita ser exclusivamente militar e os muçulmanos podem participar dela através de seu coração, sua língua e suas mãos”.

<sup>9</sup> Turner, James Johnson em *Can Modern War Be Just?* Yale University Press, 1984. Já Mc Mahan, op cit, menciona tres obrigações da teoria do *jus in bello*: a obrigação do mínimo uso de força, pela qual a quantidade de violência utilizada em qualquer ocasião não deve exceder o que é necessário para atingir o objetivo almejado, a obrigação da proporcionalidade, que exige que as esperadas más conseqüências de um ato de guerra não devam ser iguais ou maiores que as boas conseqüências esperadas, e a obrigação da discriminação pelo qual a força deve ser dirigida somente contra pessoas que são legítimos alvos de ataque.

justa causa. E ao se realizar com o objetivo da paz e por uma justa causa ela preencheu dois dos mais importantes requisitos para que fosse considerada uma guerra justa.

Por outro lado se analisamos o problema mais profundamente vemos que muitos Estados no mundo estão justificados a declarar guerra aos EUA e esta justificação se dá também com base na noção de guerra justa. Não só o mundo muçulmano mas Nicarágua, Cuba, Vietnam, e também Argentina, Brasil e Chile (cujos golpes de estado e posteriores ditaduras que nestes países se instalaram, e foram responsáveis por tremendas violações aos direitos humanos nas décadas de 60 e 70 ,foram diretamente apoiadas e incentivadas pelos EUA) poderiam justificadamente alegar que uma suposta declaração de guerra aos EUA teria o objetivo de atingir uma permanente paz no futuro. No início do século XXI a recusa dos EUA em assinar o protocolo de Kyoto poderia ter sido interpretada como um ato que claramente mostra que certas políticas e certas medidas adotadas pelos EUA claramente comprometem o futuro da humanidade.

Em resumo devemos admitir que os EUA (e a humanidade em geral) tinham o *jus ad bellum* contra Osama Bin Laden, contra os terroristas que promoveram os ataques de 11 de setembro, e contra o governo do Talibã, que deu suporte a eles. Entretanto também podemos admitir que alguns Estados também tem o *jus ad bellum* contra os EUA. Neste momento a questão da justiça é abandonada e dá espaço ao poder. Os EUA são uma superpotência militar que pode muito facilmente entrar em guerras. Por outro lado todos os Estados no mundo sabem que na hipótese de que entrem em uma guerra contra os EUA a probabilidade de serem derrotados é muito alta. Esta é uma das principais razões pelas quais, por exemplo, os EUA puderam facilmente entrar em uma guerra contra o Afeganistão e o Iraque enquanto nenhum Estado nunca ousou, contemporaneamente, entrar em uma guerra contra os EUA. Assim, infelizmente, parece que no final das contas a questão do direito, em termos de relações internacionais, acaba mesmo sendo resolvida em termos de poder e poderio bélico.

Isto dito, passemos então ao *jus in bellum*. Mesmo em uma situação aonde o *jus ad bellum* é perfeitamente bem estabelecido as obrigações do *jus in bellum*, notadamente a obrigação da discriminação, tem de ser respeitadas. Se os EUA tinham claramente o *jus ad bellum* contra o Afeganistão, o povo Afegão não foi responsável pelos atos do Talibã e dos

terroristas. Da mesma forma, mesmo que os EUA tivessem o *jus ad bellum* contra o Iraque (o que foi comprovado pela história que não tinham já que o Iraque nunca possuiu as supostas armas de destruição em massa que foram utilizadas como justificativa para a invasão) o povo iraquiano não era responsável pelos atos de seu governo, e assim, massacres como o de Fallujah<sup>10</sup> foram, sob todos os aspectos e sob qualquer princípio, injustificáveis massacres de inocentes.

Por outro lado se havia um *jus ad bellum* contra os EUA, também o povo americano em geral não pode ser responsabilizado pelos atos de seu governos. Neste caso os ataques de Onze de Setembro foram absolutamente errados e devem ser condenados moralmente precisamente porque , mesmo que houvesse um direito de luta contra os EUA, matar inocentes propositadamente não poderia jamais ser justificado do ponto de vista moral.

Muitas coisas podem hoje ser ditas sobre os eventos de onze de setembro, mas há algumas conclusões que são fundamentais do ponto de vista ético-político. A primeira delas é que as ações terroristas foram moralmente erradas, sendo que a principal razão para isso é que elas tiveram por objetivo atingir pessoas inocentes. A segunda é que , admitido o *jus ad bellum* que os EUA tinham contra o Talibã a obrigação da discriminação deveria ter sido respeitada. Este argumento aparece ainda com mais força no que se refere ao ataque americano ao Iraque, pois neste caso a obrigação da discriminação não foi respeitada e verificou-se que não havia nem o *jus ad bellum*, o que torna os massacres havidos verdadeiros crimes contra a humanidade, mesmo do ponto de vista daqueles que aceitam a teoria do *jus ad bellum*.

---

<sup>10</sup> Busby, Chris; Hamdan, Malak e Ariabi, Entesar no artigo “Cancer, Infant Mortality and Birth Sex-Ratio in Fallujah ,Iraq 2005-2009” *International Journal of . Environmental Research and . Public Health* 2010, 7, 2828-2837; doi:10.3390/ijerph7072828 realizaram um estudo com a intenção de investigar os relatos que vinham de várias fontes em Fallujah, no Iraque, sobre o aumento na incidência de crianças nascidas com problemas físicos e câncer devido ao uso de n ovas armas (possivelmente incluindo urânio) nos pesados bombardeios que ocorreram nesta cidade entre forças americanas e locais em 2004. Os resultados confirmaram os aumentos relatados de casos de câncer e mortalidade infantil que foram, nas palavras dos autores “alarmantemente altos” no ano de 2004.

**5) Inocentes e dilemas morais**

A verdade é que se a obrigação da discriminação presente no *jus in bellum* tivesse sido respeitada nem os eventos de onze de setembro teriam acontecido nem civis no Iraque e Afeganistão teriam sido mortos por bombardeios e outras ações militares americanas<sup>11</sup>. Podemos suspeitar, entretanto, que, ao menos no caso do Afeganistão, se os ataques militares não tivessem acontecido o Talibã continuaria no governo cometendo atrocidades. Conforme afirma Nagel (em um artigo premonitório):<sup>12</sup>

*“Algumas vezes as situações são criadas pelo homem. Como quando o único meio de controlar atividades terroristas é empregar táticas terroristas contra a comunidade na qual elas estão surgindo. O que quer que seja que façamos em casos como estes algumas pessoas irão morrer em consequência destas ações. Se a concepção absolutista proíbe que façamos o que resultará na morte de pessoas inocentes, a consequência disto é que em casos como os acima citados nada que alguém fizesse seria moralmente permissível”*

Nagel continua seu raciocínio discutindo a chamada lei do duplo efeito que permite, por exemplo, que sejam causados danos a população civil como um efeito colateral dos bombardeios, mas ele lembra que se não tentarmos diferenciar entre guerrilheiros e civis, algo impossível de ser feito em um ataque a uma pequena cidade, então não podemos encarar como um mero efeito colateral a morte daqueles no grupo que não teriam sido mortos caso meios mais seletivos tivessem sido utilizados.

Apelar para a lei do duplo-efeito tanto no caso do Afeganistão quanto do Iraque a fim de justificar as mortes de civis inocentes parece ser totalmente sofisticado. Mesmo que a intenção não tenha sido a de matar inocentes (o que é duvidável em alguns casos) é claro que a política de efetuar bombardeios causa perdas irreparáveis à população civil. Se a lei do

---

<sup>11</sup> Em 1/1/2002, dia internacional da paz, após ter derrubado o governo do Talibã, os EUA continuavam bombardeando vilas no Afeganistão. No *Le Monde* de 31 de dezembro há a seguinte declaração de um comandante Afegão: “é suficiente ouvir dizer que há pessoas da rede Al-Qaida em qualquer lugar para que este lugar seja bombardeado”. No mesmo dia foram mostradas na TV as cenas do bombardeio em uma pequena vila no Afeganistão causando 5 mortes civis. O bombardeio foi feito porque haviam suspeitas de que membros do Al-Qaida estavam escondidos na vila. Em 6/1/2002 *Le Monde* estampa a seguinte manchete: OS conselhos de províncias no Afeganistão leste pedem que os americanos cessem os bombardeios” sendo que o artigo menciona o fato de que os bombardeios continuavam causando mortes e mais mortes entre a população civil.

<sup>12</sup> Nagel, op cit p 58

duplo efeito é usada para justificar bombardeios os terroristas poderiam usar o mesmo argumento para justificar seus ataques, afirmando que a sua intenção no caso das torres gêmeas não era matar inocentes e sim destruir os EUA, mas que, infelizmente, haviam pessoas nos aviões e nas torres do World Trade Center. Se ambas alegações são infundadas então a discussão realmente importante é sobre a utilização de instrumentos ou mesmo táticas de guerra mais seletivas. Se consideramos apenas o ponto de vista prático, da eficácia das ações, ao menos no caso do Afeganistão, poderíamos dizer que a política de bombardeios usada pelos EUA foi eficaz. Mas a sua eficácia não garante de modo algum a moralidade das ações.

Já o argumento de que a utilização de meios mais seletivos na guerra poderiam torná-las mais longas e caras não se sustenta. Mesmo se isso for verdadeiro parece que estamos diante de uma encruzilhada: ou nossa civilização aprende que há coisas que não podem ser sacrificadas, seja qual for o preço disto, ou nós estiremos colocando em risco a sobrevivência mesmo de nossa civilização. Coerência é uma das principais características da racionalidade, e os tristes eventos de onze de setembro e seus desdobramentos posteriores mostraram o quanto pessoas e Estados podem ser incoerentes. Os terroristas, em nome de combaterem um suposto mal representado pelos EUA, não hesitaram em matar milhares de inocentes. OS EUA e seus aliados, em nome de combaterem o suposto mal que os terroristas representam, não hesitaram em matar milhares de cidadãos inocentes. Os cidadãos do Afeganistão e do Iraque, inclusive aqueles que foram vítimas dos respectivos governos, acabaram sendo os grandes sacrificados.

Nagel fala sobre situações de “conflitos fatais” a fim de mostrar que há situações nas quais enfrentamos dilemas morais. A irônica e principal característica de um dilema moral é que o que quer que seja que façamos alguma coisa ruim e moralmente errada será produzida como resultado de nossas ações. Segundo ele<sup>13</sup> *“em face das limitações da ação humana é ingênuo supor que há uma solução para todos problemas morais que o mundo possa vir a enfrentar. Nós sempre soubemos que o mundo não é um bom lugar. Agora nos é mostrado o quão mal ele pode ser”*. Podemos nos arriscar a dizer, ao menos no caso do Afeganistão, que

---

<sup>13</sup> Ibid p.73

a guerra ao governo Talibã foi exatamente um destes casos nos quais o conflito fatal aparece. Diz-se que se não houvesse a guerra e os bombardeios que causaram mortes de cidadãos Afegãos, mais inocentes teriam morrido no Afeganistão com a continuidade do governo e mais mortes teriam acontecido ao redor do mundo, patrocinadas por um governo que incentivava o terror.

Mas teria sido este o final da História que não aconteceu? Não sabemos, já que outro curso de ação, sem guerra, ou ao menos com táticas de guerra mais seletivas não foi tentado. O que a História agora nos conta é que inocentes foram mortos nos ataques de onze de setembro, no Afeganistão e no Iraque. Bin Laden, o terrorista com a maior responsabilidade pelas mortes continuou vivo por muito tempo, perpetuando mais e mais ataques terroristas e mais e mais mortes, até o dia 2 de Maio de 2011 quando Obama, presidente dos EUA anunciou então que finalmente Bin Laden tinha sido capturado em sua casa no Paquistão morto e seu corpo jogado ao mar.

## **6 ) A morte de Bin Laden**

Muito se questionam sobre a legitimidade do ato americano de invadir o espaço paquistanês para matar Bin Laden, tomando para si o papel de juízes e carrascos. Do ponto de vista ético, entretanto, me parece que o *jus ad bellum* justifica plenamente a ação de ataque a rede Al-Qaeda e seu chefe máximo, contrariamente ao que aconteceu em relação às guerras ao Afeganistão e ao Iraque, com a morte de milhares de inocentes, aonde, como vimos, o *jus ad bellum* foi claramente inexistente no caso do Iraque e duvidoso no caso do Afeganistão. Infelizmente a História não é feita de contra-factuais (o que aconteceria se x não tivesse acontecido) mas sabemos agora que há uma grande probabilidade que, se esta ação tivesse sido realizada 10 anos antes, sendo a perseguição e morte de Bin Laden a resposta americana aos ataques às torres ao invés das guerras que levaram milhares de inocentes à morte e custaram em torno de 1 trilhão de dólares, muito menos sofrimento teria sido produzido ao redor do mundo e muito menos mortes. Também do ponto de vista financeiro vê-se a irracionalidade da guerra. Quanto dinheiro que foi usado para a morte poderia ter sido utilizado para desenvolver a saúde, a ciência e a educação no mundo e nos países que mais se

envolveram na guerra, os EUA e a Inglaterra, que hoje estão imersos em crises econômicas. Seria muito Ingênuo a pensar que a crise que hoje se instala na Europa e nos EUA nada tem a ver com estas duas guerras e com os astronômicos gastos que foram feitos com elas.

Então, do ponto de vista de uma teoria ética utilitarista que diz que devemos diminuir o sofrimento no mundo, teríamos hoje, sem as guerras do início deste milênio e sem as milhares mortes de inocentes, um mundo melhor e mais moral do que o que de fato vivemos nesta primeira década deste novo milênio. Parece-me então que o erro, do ponto de vista ético, na ação americana contra Bin Laden, não está na sua realização, que me parece ter sido moralmente justificada, mas no atraso de 10 anos em sua realização, que se tivesse sido feita no momento certo, e se tivesse sido realizada como alternativas às guerras, teria evitado dores, desgraças e miséria.

Tempo é da humanidade aprender que o caminho da paz deve ser sempre preferido ao caminho da guerra. Falamos hoje de *enhancement* (aprimoramento) da humanidade e não é possível pensar em aprimoramento sem colocarmos a paz como objetivo a ser atingido. Aprimorar a humanidade significa, também, e talvez acima de tudo, engajar cada homem e cada Estado em um projeto de paz, tolerância e respeito incondicional pela vida de pessoas inocentes. A História possível do início do século XXI, a História mais racional e menos sangrenta, a História que não aconteceu, deve continuar sempre no imaginário da espécie humana, através do milênio, lembrando que na dicotomia barbárie X civilização é sempre possível seguir o caminho da segunda.

## **7) O fim da Hi(e)stória**

Antígona na tragédia grega não teve opção, apesar de ter podido escolher. O que quer que fosse que ela tivesse feito coisas terríveis iriam acontecer. E de fato, aconteceram. Talvez seja esta a condição da humanidade no mundo e a política apenas reflita isto. Mas talvez nós estejamos abandonando a razão, a coerência e a ética muito cedo. Bin Laden e seus cúmplices muito bem poderiam ter utilizado milhares de outros meios para atacar a política americana, meios mais pacíficos e provavelmente mais eficazes do que os que ele utilizou. Os EUA, por sua vez, poderia ter planejado a sua estratégia militar de um modo muito mais pontual ,

matando Bin Laden e não milhares de inocentes, 10 anos antes , ainda em 2001. Ambos podiam mas não fizeram e escolheram rumos de ação que , embora aparentemente opostos ,tinham entretanto, tristemente, uma única coisa em comum: o profundo desrespeito e desconsideração por vidas humanas . Seja o que for que digamos o fato é que A História que não existiu, a História do início do milênio 3 sem os acontecimentos de onze de setembro e sem os bombardeios ao Afeganistão e ao Iraque teria sido uma História muito mais racional e moral , muito mais digna de constar nas páginas dos livros que serão consultados pelos historiadores e estudantes do futuro do que a História que fizemos, esta que foi escrita por nossos atos e os atos de nossos contemporâneos.

Antígona não teria enfrentado um dilema se Creonte não tivesse tentado fazer valer a lei da polis. Se o mundo às vezes não é um bom lugar pra se viver é sempre bom lembrar que a responsabilidade pelo mundo que vivemos e por tudo que aconteceu neste início de milênio é de seres humanos, gente de carne e osso, membros da espécie humana. Somos nós *homo sapiens* que sempre tivemos, através dos tempos, o poder de construir e modificar a História. Se o milênio começou sangrento talvez a maior lição que deva ser aprendida é a lição de que o velho princípio de que matar pessoas inocentes é errado pode e deve servir como bússola para nossas ações, sejam estas individuais ou de Estado no decorrer do milênio, e quiçá, durante todo o tempo em que a espécie humana habite nosso lindo planeta azul.